

# Múcio pede que DPF apure

Deputado também acusa Aparecido de ser conivente

DF-elixio

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sexta-feira, 10 de janeiro de 1986 17

## existência de "caixa"

com manipulação de verbas por entidade

A manipulação de verbas tendo em vista as próximas eleições, por parte da União das Forças Políticas, entidade alheia aos partidos, constitui crime, segundo a legislação eleitoral vigente. Esse crime conta com a conivência do governador José Aparecido, que sabia da "caixinha" organizada pela União das Forças Políticas, e não tomou nenhuma providência para colbir esse abuso do poder econômico.

Isso é o que afirma o deputado Múcio Athayde (PMDB-RO), que ontem anunciou o envio, nos próximos dias, de um ofício ao presidente José Sarney, ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, e ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), denunciando o fato e solicitando a abertura de um inquérito, por parte do Departamento de Polícia Federal (DPF), para apurar as responsabilidades.

Segundo a legislação eleitoral, afirmou Múcio Athayde, as despesas com campanhas eleitorais só podem ser realizadas através dos partidos, e devem ser rigorosamente contabilizadas. O deputado cita a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a qual, nos artigos 237 e 299, trata da interferência do poder econômico nas eleições e da compra de votos.

Para ele, a União das Forças Políticas é apenas a ponta de um iceberg, um poderoso lobby montado em todo o País para influir nos rumos da Constituinte, e que já foi detectado em Brasília. Algo como o Ibade, diz Múcio, formado em 1962, com verbas do exterior, para desestabilizar a ordem democrática. Múcio também levantou a sus-

peita de que, por trás desse lobby, estejam os interesses dos grupos econômicos internacionais. "Só a quebra do monopólio estatal do petróleo vale alguns milhões de dólares" — argumentou.

### CAMPANHA

Múcio declarou-se candidato a um cargo majoritário — governador do DF, ou senador — pelo PMDB, "se o partido e o povo assim o desejarem". Ele já está em plena campanha na periferia de Brasília, com sua Assembléia Comunitária, que já realizou — segundo afirma — cerca de 60 mil filiações para o PMDB. Para fazer sua campanha eleitoral, comprou o jornal *Última Hora*, e consta que ele também é dono de uma fábrica de chapéus, em Anápolis.

Mesmo assim, Múcio não acredita que possa ser enquadrado na Lei nº 4.737. Isso porque, afirma, ainda não é candidato, e os painéis com os dizeres "Queremos Múcio, o Homem do Chapéu" não constituem propaganda eleitoral. Ele não revela quanto já gastou com essa campanha promocional, dizendo que a mesma é custeada, em boa parte, "pela comunidade".

Técnicos do Tribunal Regional Eleitoral afirmam que a legislação em vigor proíbe a propaganda política no DF, de uma maneira geral, bem como a propaganda de candidatos antes das convenções. Entretanto, nos casos de ilegal uso do poder econômico ou compra de votos, o Tribunal só entrará em ação depois que essas irregularidades, devidamente comprovadas, forem denunciadas por escrito, por parte dos partidos que se sentirem prejudicados.

## "Acordo foi quebrado"

Negando que tenha sido excluído da futura executiva regional do PMDB, Múcio Athayde afirmou que seu nome ainda consta da lista de 11 que será encaminhada à direção nacional do partido. Explicando sua decisão de não comparecer ao Palácio do Buriti, na manhã da última quarta-feira, quando a relação com os 11 nomes foi entregue ao governador José Aparecido, Múcio disse que o seu apoio — bem como o de Zamor Magalhães — a Aparecido estava condicionado a uma mudança na linha de atuação do GDF, que deveria "passar a atuar em prol dos menos favorecidos".

Isso havia sido decidido na madrugada da última terça-feira, quando o PMDB celebrou seu acordo político interno. Na ocasião, diz Múcio, ficou acertado que uma reunião para definir a nova linha de ação social do GDF seria realizada na casa do secretário dos Serviços Públicos, Carlos Murilo, reunião essa com o qual o governador não concordou.

Com isso, continua Múcio, o acordo foi quebrado por José Aparecido, daí a decisão de não comparecer ao Palácio do Buriti, "que não é lugar para manifestações político-partidárias". Mesmo assim, Múcio e Zamor subscriveram um adendo ao documento que foi encaminhado na ocasião, e que recebeu apenas nove assinaturas. Cópia do documento foi lavada a Múcio em seu gabinete no jornal *Última Hora*, por Joselito Correia, líder do Movimento JK/Tancredo. No adendo, os dois dissidentes afirmam que o documento deveria ser encaminhado à direção nacional do PMDB e não ao Governador, que não coordenou, nada nas negociações para formar a executiva regional, ao mesmo tempo que exigem uma atuação do GDF "em favor das classes mais carentes". Múcio prometeu também enviar uma cópia desse documento, com o adendo, para o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), junto com um relato de todo o episódio.

## GDF: Múcio é quem abusa

— Se alguém tem de ser processado em Brasília por abuso de poder econômico para fins eleitorais é o deputado Múcio Athayde, que comprou um jornal com parque gráfico em offset, máquinas impressoras caríssimas importadas, emissoras de rádio e televisão, trio elétrico e até um exótica fábrica de chapéus. Tudo a serviço da sua campanha. Mantendo essa orgia, ele gastará, sozinho, o dobro de todos os candidatos do PMDB juntos. E a campanha nem começou.

— Foi o que afirmou, ontem, o secretário de Comunicação Social do Palácio do Buriti, jornalista Silvestre Gorgulho, sobre "a tentativa" do deputado federal Múcio Athayde (PMDB-RO) "de envolver o governador José Aparecido numa suposta caixinha de empresários brasileiros para financiar candidaturas à Constituinte em 86".

— Primeiro, conforme Gorgulho, o deputado terá de provar a existência da caixinha. "Se não conseguir, ele já deveria ser

processado por crime de calúnia, por envolver pessoas de bem como o secretário Aguiar Carneiro, da Indústria e Comércio, em denúncia infundada. Em seguida, deveria ser alvo de processo por crime eleitoral, pois no seu caso há confirmação material de abuso do poder econômico. Além disso, o deputado é um pichador contumaz do patrimônio alheio com suas campanhas de mau gosto e é um errante conhecido em todo o País, especialmente em Rondônia e Rio de Janeiro", acrescentou Gorgulho.

— A caixinha, conforme o secretário, é apenas uma suposição, enquanto os abusos praticados pelo deputado são fatos concretos. "Seria o Governador responsável também pelos ilícitos do deputado Múcio Athayde?" — indagou Silvestre Gorgulho. Arrematou que tentar envolver o Governador numa suposição sem qualquer seriedade é forçar demais a barra e só serve para aumentar o descrédito do parlamentar.